



AS ATRIBUIÇÕES DO ARQUITETO E URBANISTA E SUAS RELAÇÕES COM OS DEMAIS SETORES DA SOCIEDADE

SCHERER, Paula¹; MASUTTI, Mariela Camargo²; MASUTTI, Gustavo Corbellini³

Palavras-Chave: Exercício Profissional. Estágio. Atuação.

INTRODUÇÃO

Fundamentado no conhecimento de trabalhadores cujas atividades se relacionam a vida profissional do arquiteto e urbanista, a presente pesquisa discorre sobre a realidade enfrentada pelo mesmo no mercado de trabalho atual. Os tópicos pesquisados para o desenvolvimento deste trabalho abrangem as seguintes atividades: acompanhamento junto a um escritório de arquitetura; atribuições profissionais e questões orçamentárias; a realidade do canteiro de obras e compatibilização de projetos; aprovação de projetos na prefeitura; e pesquisa junto a órgãos públicos. Para tanto, esta análise retrata as experiências e informações obtidas através do contato com a vida profissional da arquitetura e do urbanismo, principalmente no que diz respeito ao estado do Rio Grande do Sul, e suas conexões com os demais setores da sociedade, com o propósito de preparar o acadêmico da melhor forma para o mercado de trabalho atual.

METODOLOGIA OU MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa, que foi realizada durante a disciplina de Estágio Supervisionado, teve como objetivo desenvolver um relatório, tendo por base questionamentos informais com empresas de arquitetura e urbanismo, além de órgãos públicos e outros setores profissionais conectados à área. No que diz respeito ao tópico que abrange o conhecimento do trabalho de escritórios de arquitetura e urbanismo, foram realizadas entrevistas objetivas e presenciais com sócios dos mesmos. O primeiro encontro com os profissionais abordou as relações de contrato e prestação de serviço assim como elaboração de orçamentos pelo escritório de arquitetura e

¹ Acadêmica do 9º semestre do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNICRUZ. E-mail: paula_scherer@hotmail.com

² Arquiteta e Urbanista. Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNICRUZ. Supervisora da disciplina de Estágio Supervisionado. E-mail: marcamargo@unicruz.edu.br

³ Engenheiro Civil. Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNICRUZ. Supervisor da disciplina de Estágio Supervisionado. E-mail: gmasutti@unicruz.edu.br



urbanismo. A entrevista seguinte, desenvolvida em uma empresa diferente, estabeleceu a realidade enfrentada em relação ao projeto arquitetônico *versus* o canteiro de obras.

Foram elaborados, também, questionamentos referentes à aprovação de projetos, sendo estes realizados na Prefeitura do município de Cruz Alta. Esta entrevista teve como objetivo principal nortear o acadêmico no que se refere aos itens mínimos para o encaminhamento legal de projetos, tanto aqueles destinados a novas construções isoladas como reformas, desmembramentos e averbações, além das taxas gerais efetuadas pelos serviços.

Orgãos públicos como Corpo de Bombeiros da cidade, Corsan, CAIXA, Fepam, e INSS também participaram do desenvolvimento do trabalho. Isso foi realizado através dos mesmos métodos das etapas anteriores. Quando houve dificuldades quanto à entrevista presencial e contato com os profissionais, como é o caso da Fepam, que se localiza em um local distante, a pesquisa foi desenvolvida por meio de arquivos disponibilizados pelo Instituto em meio eletrônico. Os órgãos públicos citados foram importantes para disponibilizar informações relacionadas à regularização de obras, elementos necessários ao projeto arquitetônico para aprovação nos mesmos, normas atualizadas, tarifações e funcionamento dos primeiros contatos com as empresas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em virtude do fato de que as atividades de pesquisa se relacionam a áreas profissionais bastante diversas, é difícil que haja uma única resolução plausível. Para tanto, o que pôde ser atribuído através da metodologia foi que, em relação aos escritórios de arquitetura, os meios de comunicação, com destaque para as redes sociais, são importantes para que a empresa alcance maior abrangência, principalmente em cidades maiores. Foi relatado, também, que os custos definidos pela companhia são estipulados com base na relação com os demais preços da região, sendo importante fazer orçamentos que considerem todas as etapas do trabalho e todos os recursos utilizados.

Ao que diz respeito sobre a etapa de pesquisa que abordou o canteiro de obras, os profissionais pesquisados expuseram a importância de que o projeto arquitetônico seja o último a ser finalizado dentre os projetos da construção civil, havendo então, correta compatibilização entre eles. Isso para que não ocorram problemas funcionais e estéticos na obra do edifício.

No que tange à aprovação de projetos civis na prefeitura, é importante frisar que, em relação às normas técnicas estabelecidas pela mesma, os protocolos são as licenças essenciais



para a execução de micro e macro obras e tarefas executadas por arquitetos e engenheiros. Além disso, para encaminhar projetos na prefeitura do município de Cruz Alta, são necessários documentos como: planta de situação, planta de localização, fachadas, cortes, planta baixa arquitetônica, projeto elétrico e hidrossanitário. Também são necessários documentos como o Registro de Responsabilidade Técnica, matrícula atualizada e nome do requerente.

Quanto à relação da profissão da arquitetura com órgãos públicos como a Caixa Econômica Federal, a participação dos arquitetos se dá pela fiscalização das obras, trabalhando com laudos e vistorias. Isso se aplica principalmente às obras habitacionais, já que a Caixa é responsável pela maioria dos financiamentos de habitação do país. Mas o trabalho também se aplica a outras construções, que são consideradas obras de repasse da Caixa Econômica Federal. Em órgãos públicos, como, por exemplo, a Corsan - Companhia Riograndense de Energia, o arquiteto é instruído para a elaboração de projetos de água e esgoto sanitário, considerando os memoriais descritivos e planilha de cálculos dos mesmos. Já no INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, de acordo com a pesquisa, o profissional da construção civil se lança a questões relacionadas a recolher as contribuições dos segurados e as de seu cargo, e, se for o caso, a contribuição social previdenciária incidente sobre o valor pago à cooperativa de trabalho. Já na Fepam - Fundação Ambiental, é essencial que o arquiteto e urbanista, na execução de seus trabalhos, esteja ciente das normas atribuídas pelo órgão para que o imóvel não polua nem agrida o meio ambiente. Por fim, o arquiteto e urbanista se insere também no órgão público do Corpo de Bombeiros, isso através da execução e planejamento das medidas de prevenção contra incêndio, fazendo laudos que garantam que edificação seja segura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A profissão da arquitetura e urbanismo abrange muitas ramificações. Dentre as várias áreas, é possível citar não apenas a parte projetual, mas também a que diz respeito à parte orçamentária; à elaboração de laudos técnicos, que incluem inspeção predial, de consultoria técnica, laudo de impacto de vizinhança para aprovação de projetos na prefeitura; órgão públicos e seus objetivos em relação à profissão da arquitetura e urbanismo. Questões referentes à tributação também foram trabalhadas, mesmo considerando que muitos dos escritórios atuais optam por sua terceirização.

Os questionários elaborados para cada entrevista informal com os profissionais de cada área resultaram em informações concretas e organizadas, e necessitaram de um estudo prévio



XVIII

Seminário Internacional de Educação no MERCOSUL

II Mestrado de Tecnologias
na Educação a Distância
III Mestrado de Trabalhos
Científicos do PIBIC
VI Curso de Práticas Socioculturais
Interdisciplinares
VIII Encontro Estadual de
Formação de Professores



que visasse sanar o maior número de dúvidas acerca das atribuições profissionais. As informações obtidas através das respostas colaboraram ainda mais para a construção do conhecimento da profissão mesmo ainda durante a graduação. Portanto, o relato desenvolvido para o presente trabalho colaborou para a obtenção de um maior contato com o dia-a-dia da profissão da arquitetura e urbanismo e a suas relações com outras áreas.

REFERÊNCIAS

Receita Federal, Orientações Gerais. Disponível em:
<http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/cadastros/cadastro-nacional-de-pessoasjuridicascnpj/solicitacao-de-atos-perante-o-cnpj-por-meio-da-internet/orientacoes-gerais>>. Acesso em 3 de novembro de 2017.